

A visibilidade do primeiro Camarão no processo de militarização indígena na capitania de Pernambuco no século XVII

Juliana Lopes¹

Resumo

Este trabalho trata da linhagem do índio Camarão, a qual adquiriu importância a partir da necessidade de proteção da Colônia, tendo em vista que a Coroa não pretendia arcar com os gastos para a manutenção de uma tropa estacionada em território colonial. Diante disso, a solução encontrada foi criar uma milícia local, liderada por Camarão, que, aos poucos, adquiriu a confiança de Portugal, dando à sua tropa uma importância até então negada a um grupo social periférico. Nesse sentido, pudemos entender a relevância alcançada por Filipe Camarão e seus descendentes, que mostraram uma outra face da História do Brasil, colocando esses povos com um poder de atuação que interferiu ativamente nos planos e projetos idealizados pela Coroa destinados à Colônia.

Palavras-chave: indígenas, administração colonial, Camarão, milícias indígenas, Pernambuco colonial.

¹ Doutora em História pela UFPE. Professora do Departamento de Construção Civil e Arquitetura, Centro de Tecnologia, UFPI.

Abstract

This paper is about the lineage of the Indian Camarão who obtained importance because of the necessity to protect the colony, in view of the Crown's unwill to pay the costs for maintaining his own troupes in colonial territory. In this situation the solution was to create an indigenous militia guided by Camarão who gradually gained Portugal's confidence, conferring to his troupe an importance which has been denied to socially marginalized groups up to that date. In this sense, we can understand the relevance achieved by Filipe Camarão and his descendents who demonstrated another facet of Brazil's history, giving to these people the power for intervening actively in the plans and projects idealized by the Crown for the colony.

Key words: indigenous peoples, colonial administration, Camarão, indigenous militia, colonial Pernambuco.

Camarão: identidade e incertezas

O período colonial nordestino teve sua história marcada por um personagem ímpar no processo de dominação administrado pela Coroa: dom Antônio Filipe Camarão. Na historiografia, há controvérsia sobre sua origem, uma vez que nunca se confirmou a posição de duas teses históricas; alguns estudiosos admitem que ele teria nascido em Pernambuco, outros que ele seria rio-grandense do Norte. Apesar do esforço de muitos pesquisadores, a data e o local de seu nascimento continuam sem definição exata por falta de dados históricos definitivos (Lopes 1999).

De acordo com as investigações históricas, Camarão era um chefe nativo dos índios potiguares, de nome Potiguaçu (Mello 1954:10). No seu batismo cristão, recebeu o nome de Antônio Filipe Camarão. O

Dicionário Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, de Antônio Soares, registra que dom Antônio Filipe Camarão teria nascido, provavelmente, em 1580, e recebido esse nome ao tornar-se cristão, em batismo realizado a 13 de junho de 1612². A composição de seu nome teria sido, primeiro, homenagem a Santo Antônio; segundo, a Filipe IV, rei da Espanha; e o termo Camarão era a tradução portuguesa do nome Poti. Camarão casou-se no mesmo dia do seu batismo, na Capela de São Miguel de Guajerú, com uma índia que recebeu o nome cristão de Clara e que lhe acompanhou em diversas batalhas (id. *ibid.*). Segundo os pesquisadores, ele faleceu em 24 de agosto de 1648, com cerca de 68 anos, sendo sepultado na Várzea, em Pernambuco (Costa 1907).

Com base na realidade estudada, teria existido um outro chefe nativo com o mesmo nome e da mesma tribo de Filipe Camarão, que, possivelmente seria seu pai. A existência de dois chefes potiguares com o mesmo nome foi comprovada em um trecho de uma carta escrita pelo próprio Camarão, publicada no recente livro *Aconteceu na Capitania do Rio Grande* (1997), do pesquisador Olavo Medeiros Filho. No documento, Camarão afirma que seu pai foi o autor das pazes com os portugueses, após um período de desavenças entre sua tribo e os colonizadores. Com base nas informações deste documento, alguns pesquisadores admitem que o pai fosse norte-rio-grandense e o filho teria nascido em terras pernambucanas (Lopes, *op. cit.*:56).

Um outro grupo de pesquisadores combate esta idéia, tomando por base processos e cartas, também com depoimentos de Camarão, existentes na Torre do Tombo. Um deles seria uma carta de doação de sesmaria, datada de 28 de fevereiro de 1706. Nesta, é identificada a localização da aldeia Meretipe ou Meretibe, onde vivia dom Antônio Filipe Camarão e de onde vieram todos os índios que lhe eram submetidos, assim

² LPEH - AHU. Papéis avulsos. Caixa 3. 24 de julho de 1650.

como suas mulheres e filhos. A aldeia, situada às margens da ribeira de Panema, pertencia à Capitania do Rio Grande e teria sido descoberta em 1641, por Gedeão Morris. Alguns destes documentos fazem referência a uma carta que João Fernandes Vieira escreveu a Camarão em 1645, quando estava acampado em Sergipe com seus índios, “pedindo-lhe que não faltasse com a sua ajuda na campanha da restauração” (Mello, J., op. cit.). Foi encontrado também um depoimento de Camarão no processo do padre Manuel de Moraes, na Inquisição de Lisboa, descoberto em pesquisas sobre esse jesuíta paulista. Este documento foi publicado em 1907, no *Diário de Pernambuco*. Nele, o Capitão-mor dos índios declarou ter 46 anos de idade, depois de jurar ser verdade aos Santos Evangelhos. Disse ter conhecido o padre Manuel de Moraes quando este ensinava a doutrina em Meretibi, chegando a participar das guerras com os índios da aldeia de São Miguel (Costa 1907:155).

Tanto o batavo Laet quanto o padre Moraes fizeram menção da existência de aldeias que poderiam ser o local onde vivia o Camarão. Em uma compilação de Jan de Laet (1582-1648), *Laerlyck Verhael van de Verrichtingen der Geocroyeerde West-Indische Compagnie* também registrou um relato no qual constavam aldeias indígenas do Rio Grande, Paraíba e Itamaracá, que possuíam um líder indígena potiguar (Iaerlyck Verhael & Coelho 1944). O padre Moraes fez, primeiramente, uma referência à aldeia de São Miguel, situada nas proximidades de Olinda:

A sete milhas da cidade de Olinda tem dois capitães um da tribo dos Petiguares, chamado Antonio Felipe Camarão, guerreiro indomável, e outro da tribo dos Tabajares chamado Stephano, em tupi Tebu. (id. Ibid.)

Na aldeia de São Miguel, havia uma casa (colégio) e uma capela, distante a meia hora do Monte Miritibi, local muito mencionado por

Camarão para dar referência de onde estava situado.

Em face de a documentação encontrada apresentar lacunas e contravérsias, não se pode afirmar o local exato das aldeias e em qual delas nasceu Filipe Camarão. Pelas mesmas razões, a indicação da data de nascimento deste líder é pura dedução. Capistrano de Abreu que duvidava da exatidão da idade declarada por um indígena, ao afirmar ter Camarão 46 anos de idade em maio de 1647, não indica com precisão o nascimento de Camarão, apenas admite que ele tenha nascido no final do governo de dom Francisco de Sousa (1591-1602) ou no início do governo de Diogo Botelho (1602-1608) (Abreu 1982). Deste modo, são conhecidos apenas os nomes de seu tio, o índio Jaguarari e de dom Diogo Pinheiro Camarão, seu primo, que o sucedeu na capitania-mor dos índios.

Com relação à idéia sobre a origem pernambucana, foi defendida pelo escritor Mário Melo, com base em documentos históricos que registram a existência de uma outra aldeia em Pernambuco, com o nome e grafia semelhantes aos da aldeia potiguar (Melo 1940). Assim, foi por meio da proximidade dos nomes que o referido autor chegou à conclusão de que Filipe Camarão nascera na Capitania de Pernambuco. Já os historiadores que recorreram às fontes da Torre do Tombo afirmam que a existência, nesta capitania, de uma aldeia de nome semelhante ao da aldeia de Meratibi do Rio Grande do Norte não comprova que Camarão tenha nascido em terras pernambucanas. Além disso, vale salientar que no documento trabalhado por Mário Melo está a palavra “residia” e não “nasceu”. Logo, com base nas pesquisas realizadas na Torre do Tombo, pode-se deduzir que dom Antônio Filipe Camarão residiu em Pernambuco, certamente, em idade adulta, tendo em vista que exerceu liderança sobre seus índios. É possível que tenha deixado o Rio Grande para lutar contra os invasores holandeses em território pernambucano.

Por outro lado, em razão do trabalho realizado na década de 1930,

Luís da Câmara Cascudo pôde constatar que no Rio Grande do Norte há uma tradição popular sobre Filipe Camarão, principalmente entre pessoas iletradas de regiões interioranas. Câmara Cascudo aponta dois argumentos para a tese: primeiro, que entrevistados desconheciam a idéia da origem pernambucana de Camarão; e, segundo, que o entendimento metodológico de que a tradição popular é uma referência historicamente decisiva. Vale enfatizar que essa tradição oral, identificada através do método da história oral, foi identificada apenas no Rio Grande do Norte, onde Camarão é considerado conterrâneo (Cascudo 1983).

Contudo, outros historiadores argumentam que, em algumas cartas, Henrique Dias e dom Diogo de Meneses se referem a uma capitania de um só governo geral, integrante da Província Militar de Pernambuco (Costa, *op. cit.*:198). A mesma referência pode ser encontrada em documento datado de 30 de maio de 1642. Nele, a Coroa Portuguesa, após a realização de um conselho, confirma o posto de líder do terço a dom Diogo Camarão, conforme a fonte:

Ao conselho pareceo que considerando Vossa Alteza ao que Dom Diogo Pinheiro Camarão representa seja Vossa Alteza mandar declarar que ele tenha o governo de todas os índios e suas aldeias que houver desde o Rio de São Francisco athe o Seara.³

Sob este aspecto, o espaço pernambucano não significava apenas a capitania de Pernambuco. Compreendia uma área bem mais ampla que incluía o território do Rio Grande. Desta forma, quando Filipe Camarão afirmava lutar pela pátria pernambucana, estaria também se referindo à pequena Província do Rio Grande, uma vez que foi antecessor de dom Diogo, herdeiro da nomeação de governador e capitão-mor dos índios,

³ LPEH - AHU Cód. 257 fl. 132 v. Ordem Régia que trata da jurisdição do cargo dado a D. Diogo de Pinheiro Camarão. Lisboa, 15 de junho de 1703.

conforme o documento seguinte:

Dom Diogo Camarão que pede satisfação de seus serviços foi Vossa Alteza servido mandar responder em 10 do presente mez de Maio que lhe daria mercê de o confirmar no posto que ocupa de capitão-mor e governador dos índios das capitanias de Pernambuco assy com o fora seu último antecessor. (Documentos 1937)

Como indica a fonte supramencionada, o sucessor de dom Filipe, dom Diogo, recebeu das autoridades portuguesas título válido em uma grande faixa territorial, que compreendia quase todas as áreas ribeirinhas e litorâneas nordestinas. Segundo o mesmo documento:

[...] declara que o posto que Vossa Alteza lhe confirma de capitão mor governador dos índios das capitanias de Pernambuco há desde o Rio de São Francisco até a capitania do Seará em que se emcluem as capitanias de Itamaracá Parahiba Rio Grande que são as em que há índios para sugeitar a obediencia de Vossa Alteza e que nas aldeias que houve destes índios como nas que agora se não ponhão capitães por ter quiser para os governar por se engrade detrimento dos ditos índios. (ibid.:83)

O governador-mor dos índios, dom Diogo Camarão, assim como seu antecessor, dom Antônio Filipe Camarão, exerceu domínio sobre as tribos indígenas que, à época, habitavam esta região. Tinha, inclusive, o poder de convocá-las para servirem nas batalhas. Pode-se afirmar, portanto, que, em 1639, Henrique Dias juntamente com o governador dos índios pretendiam expulsar os holandeses não apenas de uma capitania, mas de todo o Nordeste. No mesmo documento, são encontradas duas referências a etnicidades indígenas sob a administração do sucessor de Filipe Camarão:

[...] que nação Tauajara e Petiguara que os supplicantes governam o tem servido lhe avia por muito mi convem he de estas duas nações e as mais que na fidelidade e merecimento ser guardarem aqueles para que tratando de sua conservação bem feito e augmentado tenha Vossa Alteza lugar de lhe fazer mercê insisto qual, ao que seu zello e cuidado obrar nesta partícula. (id. *ibid.*)

A fonte citada oficializa a liderança de dom Diogo e concede-lhe os pedidos feitos. Contudo é interessante observar que este trecho revela de que modo a Coroa alega a concessão por causa da “fidelidade” e da obediência dos índios às ordens dos colonizadores.

Em síntese, pode-se dizer que, historicamente, está comprovada a existência de dois chefes potiguares, pai e filho, com nomes idênticos. Convém destacar que o filho foi quem partiu do Rio Grande para lutar em Pernambuco contra os holandeses, porém não se comprovou ainda se ambos realmente nasceram na Província do Rio Grande.

Contudo, deve-se deixar claro que esta dúvida ou lacuna historiográfica remete à outra questão: à idéia de pátria entre os habitantes da Colônia, inclusive entre os índios. Na discussão, por exemplo, acerca da ‘pátria’ de Filipe Camarão, Lima e Calógenas (1980) afirmam que, no século XVII, os homens não possuíam ainda um sentimento e uma consciência de pátria, principalmente os silvícolas. Assim, o que poderia identificar entre os índios, no período colonial, era um sentimento de solidariedade em relação a seus semelhantes, tendo em vista que eles não possuíam ainda a noção de naturalidade territorial. Filipe Camarão foi, sem dúvida, um dos líderes das forças pernambucanas na luta contra a invasão holandesa. Lutou ao lado de Vidal Negreiros e de Henrique Dias, no ano de 1645, ainda no reinado de dom João IV. Neste sentido, discute-se ou omite-se sua naturalidade, mas não se põe em dúvida sua participação como chefe indígena. O fato é que a naturalidade de Filipe

Camarão, até a presente data, é objeto de estudo dos autores aqui nomeados. Sem se chegar a uma conclusão satisfatória para o resgate da história e cultura de toda uma gente.

O rei Filipe IV deu a Camarão o título de “Dom”. Ele também recebeu o título de “Capitão-mor e Governador de todos os índios do Brasil”, as comendas “Cavaleiro da Ordem de Cristo” e dos “Moinhos de Saure e o Brasão das Armas”⁴. As honrarias concedidas a Camarão significaram o reconhecimento de seus méritos junto à Coroa, além de ter um efeito devastador sobre a elite colonial local, que se viu impossibilitada de oferecer qualquer resistência a um índio que alcançou títulos desejados por todos. Tal situação representou, em última instância, não apenas uma promoção militar, mas significou, sobretudo, um degrau a mais no status social na Colônia junto aos demais pertencentes à elite. Este aspecto relativo ao personagem em foco torna-se mais interessante quando se constata que o nome Camarão tornou-se um título. Este foi concedido pela nobreza real, que administrava a Colônia, a seus sucessores: “a todos governadores e capitães-mores dos índios que habitavam a região do Rio São Francisco que tenham o seu último nome Camarão”⁵. Sabe-se que o primeiro sucessor de D. Antônio Filipe Camarão era filho de seu primo Francisco Pinheiro Camarão, cujo nome era dom Diogo Pinheiro Camarão, e o filho deste último, dom Sebastião Pinheiro Camarão, sucedeu a seu pai (Documentos 1937).

Segundo José Antônio, Camarão ter-se-ia destacado nas batalhas ocorridas em Pernambuco, na guerra contra os holandeses em Pernambuco, fato que justificou as honrarias e títulos da Coroa portuguesa. A partir daí, passou a ter visibilidade nas questões militares na Colônia.

⁴ LPEH – T.T. Livro 36, fls. 10/10v. Chancelaria da ordem de Cristo, carta da comenda dos Moinhos de Soure Lisboa, 3 de março de 1641.

⁵ LPEH – AHU Cód. 1555, fls. 145. Carta de comenda do título de Dom Camarão. Lisboa, 9 de julho de 1659.

História de um título: o conflito com os holandeses e a visibilidade do primeiro Camarão

Em 1639, aporta na Bahia o conde da Torre e sua esquadra, iniciando um novo período para as atividades militares na Colônia. Estava incumbido de promover a restauração do território de Pernambuco. Para dar cabo à expulsão batava, o Conde contava com grupos de campanhistas que intermediariam a ação militar.

Nesse momento, entrou em cena D. Antônio Filipe Camarão e, com ele, o capitão João Lopes Barbalho juntamente com o comissário Francisco Rebelo, todos mobilizados para avançar por terra. Porém, o conde da Torre limitou suas instruções sobre o plano de ataque somente a Camarão, evidenciando assim a importância desse líder nativo. Segundo o conde da Torre, Camarão deveria “atravessar o rio São Francisco com Barbalho, só com a gente da guerra, deixando o mulhério, velhos e doentes em Sergipe” (Documentos 1937). Após a partida, Camarão iria para outra aldeia e, ao longo do caminho, deveria prover o abastecimento de sua tropa. Todavia, no documento, não há menção sobre qual aldeia Camarão teria como ponto de apoio, pois, segundo o rei, “como bom vassalo que he não há de deixar nada faltar para os que lhe acompanham” (id. *ibid.*). Segundo o padre Manoel Gonçalves, Camarão possuía, ao longo do território colonial, aldeias que lhe davam apoio. Segundo o clérigo, seu poder ia “da aldeia dos Rodela aos Mopebu no Maranhão” (Amorim 1923). Diante de tal afirmação, compreendemos a dimensão da atuação desse terço, que assegurava à Coroa um braço militar atuante em regiões que estavam fora do alcance de outros grupos militares. Em contrapartida, era evidente para Portugal a necessidade da boa relação com Camarão, pois o trânsito que ele possuía no interior da Colônia poderia ser perigoso, caso esse líder nativo tomasse por aliado

outro povo que não fosse o português, confirmando o que Foucault (1979) chamou de “esquema cíclico de dominação-repressão”.

Camarão, muitas vezes, utilizou estratégias de ataque que eram conhecidas pelos portugueses, a mais freqüente era a queima de engenhos para assustar os moradores e impossibilitar a utilização desses locais por pelo menos um ano. Segundo o capitão Barbalho, acompanhante de Camarão nas entradas no sertão do Grogauá, “Dom Antonio Phillippe não deixou pedra sobra pedra, e todos os mais canaviais daquele distrito, queimando cinco ou seis” (Documentos, op. cit.:36). O capitão Barbalho segue impressionado com as ações de Camarão contra os holandeses. Ao entrar por São Lourenço, para chegar à Várzea do Capibaribe, ele fez

[...] queimar quantos engenhos estivessem ocupados os framengos, e todos os cannaviaes abrasar sem perdoar a nenhum’ e quanto aos flamengos que eles encontraram ‘não deram nenhum quartel, sem perder em ocasião nenhuma. (ibid.:37)

Ainda segundo o relato do capitão Barbalho, em relação aos “moradores naturais da terra não fez nenhum vexame ou agravo, mas amparou-os [...] procurando recolher os soldados que por ali andassem molestando” (ibid.:38).

Para Barléus (1974), “este foi um dos momentos mais difíceis da conquista holandesa do Brasil”, devido à ameaça por mar, liderada pelo conde da Torre, e por terra, a impiedosa ação de Camarão, ocasionando mortes e incêndios na zona canavieira. Nassau, após ser comunicado dos ataques violentos de Camarão aos flamengos e de não ter dado quartel a estes, quer fossem civis ou militares, enviou o Coronel Hans van Koin para perseguir o líder nativo, porém este último estrategicamente retirou-se sem oferecer combate.

Após a derrota da armada do conde da Torre, e do fracasso no

território pernambucano das tropas de Luís Barbalho, André Vidal de Negreiros e Henrique Dias, Camarão recebeu instruções para dirigir-se a Alagoas, posto que se temesse que os holandeses aproveitassem a derrota dos portugueses e seus aliados para tentar um novo ataque à Bahia. Até então, Camarão não havia oferecido resistência às instruções de ataque que lhe eram designadas, porém, a derrota de seus aliados contagiou negativamente o líder nativo, que, segundo a correspondência do capitão Barbalho ao conde da Torre, “não foi fácil conseguir que Camarão continuasse na guerra”; segundo Barbalho, “Camarão estava no propósito de permanecer no sertão, abandonando a luta”⁶. Tamanha era a apreensão do capitão Barbalho sobre a decisão de Camarão em não voltar ao campo de batalha, que ele diz ao conde: “somente Deus pode conservar para que ele me acompanhe” (id. *ibid.*).

A delicada situação amedrontava não apenas ao capitão Barbalho, mas a todos os aliados dos portugueses, que temiam uma mudança de aliado por parte de Camarão. Isto porque Nassau, ao perceber que o líder nativo ficou abalado com a simultânea derrota por mar e por terra, sofrida pelos portugueses, aproveitou a ocasião para propor a Camarão a devolução de suas terras, no interior, que estavam ocupadas pelos holandeses. Desse modo, o príncipe batavo retirava momentaneamente do cenário da guerra esse importante líder militar, ao tempo em que sua atitude criava uma relação amistosa, deixando uma brecha para um possível aliado (Barléus 1974:234).

Nassau tentou reaproximação com Camarão devido a um incidente ocorrido em 1638, quando Bagnuolo, um militar italiano que lutava ao lado dos portugueses, teve um desentendimento com o líder nativo; este último, sabendo de sua importância para as entradas portuguesas no ser-

⁶ LPEH – AHU, Papéis Avulsos. Carta do Capitão Barbalho ao Conde da Torre. Arraial do Bom Jesus, 26 de março de 1640.

tão contra os holandeses, ameaçou negociar com os batavos a saída da guerra, se suas terras não fossem devolvidas. Nassau chegou a receber emissários de Camarão, segundo nos conta Barléus (1974:248):

[...] três brasileiros enviados ao Recife pelo Camarão para propor-nos paz e aliança, pois desejava regressar com os seus para a sua antiga residência. Por eles Sua Excelência [Nassau] escreveu a camarão, procurando atraí-lo do inimigo, fazendo boas promessas a ele e aos emissários, aos quais presenteou com algumas camisas.

Essa tentativa não tardou a fracassar, pois Bagnuolo, percebendo o risco que corria, após receber ordens de Portugal, tratou de desfazer o mal entendido com Camarão⁷. O líder nativo sempre soube de seu poder de negociação dos dois lados, tanto junto a holandeses, quanto dos portugueses. Isto porque, além de sua experiência militar e de seu conhecimento nas terras do sertão, ele possuía um forte aliado, próximo às margens do São Francisco e do Pajeú, era o líder nativo Rodela⁸. A relação de Camarão com esse último era tamanha que ele fornecia a Camarão, quando necessário, contingente para engrossar as fileiras de seu exército, consistindo em um aliado importante numa das regiões mais cobiçadas do mundo colonial. Conforme Frei Manuel Calado:

Sabe-se que em 1645 duzentos e tantos tapuyas nos tinham chegado do Rio de São Francisco, mandados por um principal chamado Rodela a pedido do Camarão para nos ajudarem nesta guerra.

⁷ Nassau foi avisado de que “correm notícias de que ele se reconciliou com o inimigo” (Barléus 1974:349).

⁸ IAHGP – Or Livro 2^a. fl. 14. Correspondência que trata das instruções sobre a guerra contra os flamengos. Lisboa, 27 de fevereiro de 1638.

Ainda que Camarão tenha sido iniciado no mundo português, não podemos deixar de lembrar que, muitas vezes, quando conveniente, se comportou como um nativo que não passou pelo processo de aculturação, ao agir de modo impulsivo, sem priorizar o interesse da Coroa. Nesses momentos, segundo o capitão Barbalho, Camarão parecia “esquecer que era um fiel vassalo do Rei”⁹. Esse comportamento dúbio deixou o europeu inseguro. Um exemplo desse comportamento pode ser verificado na negociação de Camarão com Nassau pela posse de sua terra, que, ao ter um atrito com Bagnuolo, titubeou em continuar ao lado dos portugueses.

A reclamação portuguesa sobre a falta de fidelidade dos nativos era algo miúdo, pois, do ponto de vista indígena, este último já se mantinha tão dividido entre si, que somente um caso como o de Camarão tinha repercussão, ou ainda como os Janduí, que, ao se aliarem aos holandeses, representavam perigo eminente para a Coroa. Mais uma vez, a importância de Camarão era evidenciada, haja vista que a ausência de hegemonia indígena criava uma rivalidade própria entre eles, motivada pelo sentimento de identidade étnica. No caso de Camarão, à medida que ele se foi incorporando ao mundo colonial, foi também perdendo suas características étnicas específicas e se submetendo à sua condição de classe, como participante da elite militar colonial.

Essas condições, se bem que parecessem confusas para os portugueses, eram mais que suficientes para que eles pudessem aproveitar-se para jogar os índios uns contra os outros. Por sua vez, nativos como Camarão igualmente percebiam as novas distinções em relação a pontos mais próximos ou mais distantes de seus senhores, fato que levava não somente à competição social como também a criar ou aprofundar riva-

⁹ IAHGP – Or Livro 2^a. fl. 14. Correspondência que trata das instruções sobre a guerra contra os flamengos. Lisboa, 27 de fevereiro de 1638, p. 39.

lidades entre eles, dificultando a forma de solidariedade política e beneficiando o surgimento de figuras ímpares que se tornavam líderes.

Em 1645, Camarão partiu para Pernambuco, sob a alegação da captura de Henrique Dias. Tal perseguição nada mais foi do que uma simulação para justificar para os holandeses a entrada de dois veteranos campanhistas em território ocupado. Na verdade, eles estavam indo incorporar-se aos luso-brasileiros de Pernambuco que tinham aclamado a liberdade. Sob este aspecto, tanto Camarão quanto Henrique Dias agiram neste episódio segundo determinação do governador-geral do Brasil, Antônio Teles da Silva¹⁰. O envio da certidão que designava a vinda de D. Antonio Phillipe Camarão de Sergipe para juntar-se aos portugueses no Recife teve o aval de João Fernandes Vieira.

Este fato evidencia o elevado conceito desse líder durante todo o conflito com os holandeses, pois somente os mais importantes partícipes desta guerra foram os que receberam essa certidão. Conforme já foi dito, o recebimento deste documento caracterizara-se motivo de distinção, porque ele confirmava os serviços realizados durante o conflito e reafirmava o posto recebido durante o início do conflito. Vejamos a certidão:

Ao Capitão de hua Companhia de Índios do terço do Capitão-mor D. Antonio Phelippe Camarão, com quem veyo a esta presente guerra, por ordem do Governador e Capitão General Antonio Telles da Silva ¹¹.

Somente em agosto, depois da vitória na Batalha das Tabocas é que Camarão se juntou aos luso-brasileiros em Pernambuco. Após sua che-

¹⁰ LPEH – AHU. Papéis Avulsos. Caixa 6. Certidão datada do Arraial do Bom Jesus, anexa a um requerimento de Antônio Pessoa. 23 de julho de 1642.

¹¹ LPEH – AHU Papéis Avulsos, Caixa 6. Certidão real ao Governador Geral do Brasil. Lisboa, 23 de julho de 1642.

gada de Sergipe, Camarão rumou para a batalha de Casa Forte, e coube a uma parte de sua tropa impedir a fuga dos holandeses que tentavam rumar para o Recife. Este episódio reforçou, mais uma vez, a atuação de Camarão, visto que foram rendidos com os holandeses cerca de 200 índios, sendo todos degolados. Por sua vez, o líder destes nativos era um parente de Camarão. Segundo frei Manuel Calado, Camarão “quis este próprio degolá-lo, o que fez por sua mão, para exemplo dos mais que serviam aos holandeses”. A atitude de Camarão enfatizou sua força como liderança militar, ao punir severamente os indígenas aliados dos holandeses, dando ênfase à necessidade de ser temido e, por desdobramento, respeitado. Convém assinalar que esses acontecimentos corriam o mundo colonial, fazendo com que o terço de Camarão tivesse cada vez mais visibilidade. Como diria Maquiavel (1990) “antes ser temido a ser amado”.

Camarão rumou para o Rio Grande com uma tropa de duzentos e tantos Tapuias, que haviam chegado do São Francisco enviados por Rodela, e ainda com duas companhias de soldados moradores da terra; e “todos iam à sua obediência, por ele ser homem além de mui animoso, mui experimentado, e ardiloso na milícia”¹². Camarão entrou no Rio Grande queimando as aldeias dos indígenas que encontrou, reuniu o gado que havia nas referidas aldeias e enviou para Pernambuco. Os holandeses, ao serem avisados da fúria dos ataques do Camarão, enviaram reforços para combater o líder nativo. O confronto foi desastroso para os flamengos. Na concepção de Frei Manuel Calado, após duas horas de combate, os holandeses se retiraram, deixando para trás muitos feridos. E Camarão não os perseguiu por falta de munição, dirigiu-se à Paraíba, para encontrar-se com André Vidal de Negreiros.

¹² IAHGP – Or Livro 3º fl. 22. Correspondência do Capitão Barbalho sobre as notícias da guerra. Arraial do Bom Jesus, 3 de outubro de 1645.

Camarão e André Vidal foram surpreendidos por um ataque holandês que resultou em grandes perdas para os aliados dos portugueses. Diante da violenta baixa no seu contingente, Camarão retornou ao Rio Grande a fim de reunir o gado que encontrasse na região para enviar ao arraial de Pernambuco. Essa era uma estratégia comum para prover a subsistência da tropa. Vale destacar que são inúmeros os documentos que registraram grandes currais localizados, principalmente na região de Sergipe, de posse de Camarão, que guardava o gado para manutenção da sua milícia¹³. Esses currais eram ganhos de guerra, o maior deles, localizado na vila de São Cristóvão, pertencia aos holandeses e depois Camarão tomou para si. O início da perseguição de Fernandes Vieira aos Janduis estava relacionado à posse de cavalos que os holandeses deixaram para esses nativos. Era bastante desejada a criação de um exército com uma tropa de cavalaria; porém, na realidade da Colônia, era incomum haver tal tropa, devido a seu custo. No século XVII, somente Brito Freyre conseguiu tal feito, contudo, não foi por muito tempo. Nesse contexto, pode-se imaginar o que significava somente os índios Janduis possuírem tal tropa¹⁴.

Após a chegada de um reforço para as tropas holandesas sob o comando de Von Schkoppe, os luso-brasileiros decidiram destruir as capitânicas de Itamaracá e da Paraíba, com o intuito de impossibilitar a utilização desses locais para os holandeses. Essa retirada foi um dos episódios mais dolorosos da guerra, pois, nele, tomaram parte centenas de moradores que abandonavam engenhos, casas e haveres. Os religiosos também deixavam seus conventos. Tal tarefa foi executada por Camarão, que tinha como incumbência proteger a retaguarda do inimigo para que

¹³ IAHGP – Or Livro 3º fls. 133/133v.; Freire (1891), Barléus (1974:83).

¹⁴ IAHGP – Or Livro 3º fl. 2. Pedido para a compra de cavalos para formação de uma tropa de cavalaria. Lisboa, 25 de fevereiro de 1665.

os retirantes pudessem ter sua passagem para Sergipe e para a Bahia livres. Segundo os registros da guerra, tal ação foi realizada:

[...] com muita dor e sentimento, porém o temor que tinham dos holandeses e índios, e o verem-se em liberdade, os fazia esquecerem-se dos bens e cômodos que deixavam; e assim todos se puseram a caminho com suas famílias, uns a cavalo, outros a pé e outros em carro, protegidos por Antonio Felipe Camarão.¹⁵

Novamente podemos perceber a importância das tarefas militares destinadas a Camarão. Camarão recebeu o título de dom, tendo sido condecorado pelo espanhol D. Luiz de Rojas (id. *ibid.*). Uma das tarefas mais difíceis de serem executadas em tempos de guerra é a retirada de um grupo de seu local de origem; isso porque há uma dificuldade por parte das vítimas de aceitarem sua remoção, e, nessas situações, somente um militar experiente poderia oferecer segurança para que a população deixasse seus bens para trás, confiando sua total proteção a um oficial da guerra. Entretanto, essa ação era realizada com frequência por Camarão, e posteriormente por seu sucessor dom Diogo, que costumava deslocar índios de uma aldeia para outra¹⁶.

Em 1647, Camarão permanecia em Pernambuco e, em julho, recebeu uma patente da *Fronteira de Nossa Senhora da Vitória*. A primeira batalha dos Guararapes foi a última luta em que o capitão-mor dom Antônio Felipe Camarão tomou parte contra os holandeses. Em data incerta, mas provavelmente na primeira quinzena de maio de 1648 “faleceu de doença em sua estância fronteira”. Em carta, Filipe Bandeira de Melo, tenente do Mestre de Campo General Francisco Barreto de Mene-

¹⁵ LPEH – AHU, Papéis Avulsos, Caixa 3. Campanha de Pernambuco. 24 de julho de 1650.

¹⁶ LPEH – AHU Cód. 257 fl. 167. Lisboa, 22 de novembro de 1670.

zes, escreveu: “O Capitão-mor Camarão morreu um dia destes, e foi grande perda. Fizemos-lhe as honras com tudo o que a capacidade desta campanha deu lugar”¹⁷. Em tempos de guerra, aos mais ilustres cabiam as honras no ritual funerário, e, com Camarão, não foi diferente. De acordo com Frei Rafael de Jesus, “Camarão foi enterrado com muita honra e pompa funeral na igreja do Arraial”¹⁸.

Vale assinalar que dom Antônio Felipe Camarão foi casado com D. Clara, segundo informação de Frei Manuel Calado, único autor que faz alguma referência a este fato. Quanto à descendência, consta de uma referência que o governador de Pernambuco Francisco de Brito Freyre “recolheu a sua casa, para doutrinar, e ter com o tratamento que se deve ao muito que o seu Pai soube merecer em serviço da Coroa de Portugal”. Seu sucessor militar foi seu primo, D. Diogo Pinheiro Camarão que deu continuidade às empreitadas contra os inimigos holandeses, e posteriormente, D. Sebastião Pinheiro Camarão, que foi responsável pela extinção dos Palmares juntamente com Domingos Jorge Velho¹⁹.

Bibliografia

- ABREU, Capistrano de. 1982. *Capítulos da história colonial 1500-1800*. Brasília: UnB.
- AMORIM, Pe. Manuel Gonçalves Soares de. 1923. *Theses históricas: o que se deve entender por Capitania do Ceará Grande. Juízo crítico sobre a naturalidade de D. Antonio Philippe Camarão*. Recife: Coleção Pernambucana.

¹⁷ LPEH – AHU, Papéis Avulsos, Caixa 1. Campanha de Pernambuco. Arraial do Bom Jesus, 29 de abril de 1648.

¹⁸ LPEH – AHU, Papéis Avulsos, Caixa 1. Arraial do Bom Jesus, 29 de abril de 1648.

¹⁹ LPEH – AHU Cód. 84. fl. 439/440. Escrita em Lisboa, 29 de abril de 1672.

- BARLÉUS, Gaspar. 1974. *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil por João Maurício Conde de Nassau 1646-1654*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- CALÓGERAS, João Pandiá. 1980. *A naturalidade do Camarão*. Recife: Imprensa Oficial.
- CASCUDO, Luís da Câmara. 1983. *Geografia dos mitos brasileiros*. São Paulo: Edusp.
- COSTA, F. A Pereira da. 1907. *A naturalidade de dom Antônio Felipe Camarão*. Recife: Diário de Pernambuco.
- DOCUMENTOS. 1937. "Documentos sobre vários assuntos". *Revista do Instituto Arqueológico Histórico Geographico Pernambucano*, 34.
- FOUCAULT, Michel. 1979. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- FREIRE, Felisberto. 1891. *História de Sergipe*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial.
- IAERLYCK VERHAEL, J. de & COELHO, Laet Duarte de Albuquerque. 1944. *Memórias diárias da Guerra do Brasil*. Recife: Imprensa Oficial.
- LOPES, Fátima Martins. 1999. *Missões religiosas: índios colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*. Recife: UFPE.
- MAQUIAVEL, Nicolau. 1990. *O príncipe*. São Paulo: Martins Fontes.
- MEDEIROS FILHO, Olavo. 1997. *Aconteceu na capitania do Rio Grande Natal*. Departamento Estadual de Imprensa.
- MELO, Mário. 1940. *Faustos pernambucanos*. Recife: Imprensa Oficial.
- MELLO, J. A. G. 1954. *D. Antonio Filipe Camarão: capitão-mor dos índios da costa do Nordeste do Brasil*. Recife: Universidade do Recife.

Recebido em julho de 2005

Aprovado para publicação em setembro de 2005